

RACISMO ANTI-INDÍGENA NO TELEJORNALISMO: Dez anos de cobertura sobre os povos originários no Jornal da Globo¹

Anti-Indigenous Racism in Television Journalism: Ten Years of Coverage of Indigenous Peoples on Jornal da Globo

Larissa Caldeira de Fraga ²

Resumo: Esta pesquisa analisa o racismo anti-indígena presente no conteúdo do telejornalismo a partir do tensionamento dos eixos do racismo propostos por Kilomba (2019) e do racismo além do binarismo branco/negro (Núñez Longhini, 2022). Por meio de uma Análise de Conteúdo (Bardin, 2009), foram analisadas 2836 edições do Jornal da Globo entre 2013 e 2023, totalizando 159 conteúdos sobre os povos originários no período de estudo. Como resultado, percebe-se que as reportagens do noticiário dinamizam o racismo anti-indígena por meio do texto, imagens, entrevistas, reforçando estereótipos e consolidando o imaginário colonial. Ademais, é possível inferir uma mudança na cobertura dos conflitos indígenas desde de 2022, demonstrando uma maior preocupação do telejornal com o tratamento da informação sobre os povos originários.

Palavras-Chave: 1. Telejornalismo 2. Racismo anti-indígena 3. povos indígenas

Abstract: This research analyzes anti-Indigenous racism present in television news content, based on the tension between the axes of racism proposed by Kilomba (2019) and racism beyond the white/black binary (Núñez Longhini, 2022). Through Content Analysis (Bardin, 2009), 2836 editions of Jornal da Globo between 2013 and 2023 were analyzed, totaling 159 pieces of content about Indigenous peoples during the study period. As a result, it is observed that the news reports promote anti-Indigenous racism through text, images, and interviews, reinforcing stereotypes and consolidating the colonial imaginary. Furthermore, it is possible to infer a change in the coverage of Indigenous conflicts since 2022, demonstrating a greater concern on the part of the news program with the treatment of information about Indigenous peoples.

Keywords: Keyword 1. Television Journalism 2. Anti-indigenous racism 3. Indigenous People

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Pesquisadora de Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutora em Comunicação Social pela PUCRS, larissacfraga@gmail.com

1. Introdução

Em dezembro de 2025, viralizou nas redes sociais um vídeo³ do apresentador da Rede Globo Luciano Huck pedindo para indígenas, em uma gravação no Parque do Xingú, guardassem os celulares e não utilizassem roupas “comuns” durante a captura de imagens que seriam transmitidas no programa *Domingão do Huck*. O apresentador ainda explicou que os povos originários deveriam “limpar a cultura” ao não utilizar smartphones. “Quanto mais a gente conseguir preservar nossas cenas sem celular... Quando aparece vocês de celular, acho que mexe na cultura original. Quando ‘tiver’ gravando, se puder ‘segurar’ o celular. Se puder falar isso para o povo é bom”, reforçou. Essas declarações geraram críticas nas plataformas digitais e a publicação de uma nota de repúdio pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) que salientou que a identidade dos povos indígenas não está ligada a objetos, mas sim pela ancestralidade, território, memória e luta.

Essas discussões demonstram a contínua dinamização do imaginário colonial que apresenta a imagem dos povos indígenas ligada pela inferiorização, exotização e idealização da branquitude sobre o que é ser indígena no Brasil. O olhar sobre o outro é carregado de preconceitos e estereótipos que foram consolidados por séculos e ainda permeiam a relação com a alteridade. Como tecnologias do imaginário (Silva, 2009), a televisão e o telejornalismo disseminam crenças, visões de mundo que moldam as percepções sobre a realidade. O jornalismo produz narrativas que auxiliam na construção da consciência social e racial. Para Kilomba (2019), a mídia opera para marginalizar as pessoas racializadas na forma como representa diferentes povos e etnias. O imaginário dinamizado pelo telejornalismo contribui para a forma como nos relacionamos com diferentes povos e culturas, apresentando padrões de comportamentos que devem ser seguidos por determinados grupos, gerando a redução de sentido e complexidade que a humanidade apresenta.

Um telejornal de *hard news*, ao condensar os principais fatos do dia em conteúdos que variam entre um minuto e um minuto e meio, corre o risco de esvaziar debates e reproduzir visões reducionistas, sem apresentar históricos e desdobramentos que influenciam nos fatos noticiados. Por outro lado, as mudanças no perfil editorial, podem apresentar um novo olhar

³ Folha de São Paulo. Disponível em <https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2025/12/indigenas-publicam-nota-de-repudio-a-falas-de-luciano-huck-indignacao.shtml>. Acesso em jan. 2026.

sobre a realidade, por meio da escolha de palavras, imagens e enfoques nas pautas abordadas. Nos últimos anos, a grande repercussão das lutas de movimentos sociais direcionou as coberturas jornalísticas, mobilizando diferentes enquadramentos de pautas recorrentes. Na última década, as discussões sobre o Marco Temporal das Terras Indígenas e as violências e genocídio sofridos pelos povos originários durante a pandemia de COVID 19, foram propulsoras de um maior tempo do telejornalismo dedicado à pauta indígena.

Na primeira parte deste trabalho, será discutido o racismo e como ele atinge a população indígena, abordando o preconceito para além do binarismo branco/negro, por meio dos estudos da pesquisadora e ativista guarani Geni Daniela Núñez Longhini (2022). Em seguida, serão apresentadas discussões sobre o jornalismo e racismo anti-indígena, tensionando a teoria da pesquisadora Grada Kilomba (2019), que avalia o trauma colonial no cotidiano de grupos racializados, com elementos veiculados no trabalho jornalístico. Por fim, será analisada a cobertura do Jornal da Globo envolvendo os povos indígenas entre os anos de 2013 e 2023, destacando as rupturas e continuidades no formato e tratamento do conteúdo veiculado no telejornal sobre as diferentes etnias que foram abordadas em uma década.

2. Racismo além do binarismo branco/negro

A categoria raça está estabelecida em estudos relacionados ao racismo contra as pessoas negras, mas não é consolidada na sua interlocução com os povos indígenas. Muitas vezes os povos indígenas são invisibilizados do debate antirracista (Núñez Longhini, 2022) pelos estudos já consolidados na área da antropologia que geralmente focavam somente na etnia e não incluíam a categoria raça. Com a maior participação de pesquisadores indígenas, novas epistemologias e questionamentos foram levantados sobre os estudos relacionados aos povos originários.

A Exposição Antropológica Brasileira, realizada no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1882, é um exemplo do racismo contra os povos originários. No evento, indígenas que utilizavam botoques (discos de madeira nos lábios e orelhas) eram expostos no que foi chamado de “zoológico humano”. Essas exposições eram populares na Europa no século XIX, e demonstraram a separação entre “nós”, brancos, e “eles”, os indígenas, que eram

enquadrados como primitivos, alvos de contemplação da sociedade colonial como entretenimento exótico.



FIGURA 1: Catálogo do “zoológico humano” realizado pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1882.

FONTE: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-07-05/zoologicos-humanos-racismo-disfarcado-de-ciencia-para-as-massas-no-seculo-xix.html>

Na imagem acima, os indígenas eram tratados como selvagens, incivilizados, inferiorizados pela comparação com a população branca, assim vistos como “outros”. Assim, o racismo científico foi implementado, evidenciando as diferenças entre as raças humanas, categorias socialmente construídas. “Daí a importância de nos lembrarmos que as ideias de negro, de “índio”, de branco genéricos são historicamente datadas, são invenções criadas para manter uma ilusão de superioridade racial branca” (Núñez Longhini, 2022, p. 29). Até hoje o imaginário sobre os povos indígenas ainda dinamiza as mesmas características e impressões criadas pelos “civilizados”.

A lógica colonial estabeleceu o poder a partir da classificação de raça, caracterizada por uma construção mental estabelecida pela dominação (Quijano, 2005). As diferenças entre os conquistadores e conquistados foi enquadrada pela raça, que instaurou a inferioridade entre grupos sociais. Entre as relações de dominação, a raça foi um critério fundamental na estrutura de poder colonial, com a divisão entre “índios”, negros e mestiços. Assim, foram criados padrões racistas de classificação social universal.

Por um lado, no momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cuja região norte ou América do Norte, colonizarão os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongus, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros (Quijano, 2005, p. 127)

No Brasil, os mais de mil povos indígenas que existiam antes da invasão dos portugueses foram reduzidos a uma única nomenclatura: “índios”. Diferentes culturas, línguas e cosmologias foram aglutinadas como uma experiência de vida singular como primitivos, aqueles que não tinham a vivência e os valores europeus. Conforme Quijano (2005), assim o “outro” foi inventado demarcando os conquistadores dos conquistados pela divisão de raça.

Ao longo dos séculos, a branquitude consolidou a pessoa branca como norma para promover a manutenção dos seus privilégios. Para Núñez Longhini (2022), a categoria raça também pode ser citada para nomear as violências sofridas pelos povos indígenas.

Essas invenções se concretizam em benefícios estruturais à branquitude, que por sua vez se utiliza de diferentes estratégias para tentar dar um sentido ético às suas violências. Uma delas é a inversão colonial. Ao dizer que indígenas e negros são perigosos, a branquitude oculta sua própria violência colonial; ao dizer que indígenas e negros são hipersexualizados, obliqua seu longo histórico de estupros como tática de guerra; ao afirmar que indígenas são invasores, invisibiliza sua própria ação de roubo e invasão e assim por diante (Núñez Longhini, 2022, p. 30-31)

A autora ressalta a necessidade de aprofundar os estudos sobre a branquitude relacionada aos povos indígenas e ampliar a dicotomia branco/negro nas pesquisas sobre raça. O binarismo das pesquisas sobre raça leva ao apagamento das existências indígenas, das suas lutas e enfrentamentos. “O branco crítico que considera apenas pessoas negras como únicos sujeitos que sofrem racismo no Brasil, não teria sua “críticidade” limitada pelo etnogenocídio?” (Núñez Longhini, 2022, p. 40). Perceber os próprios privilégios, a manutenção do imaginário colonial e reconhecer o preconceito contra os povos originários ainda é um desafio para as pessoas brancas.

O jornalismo, ao reproduzir narrativas construídas há séculos, dinamiza imagens e imaginários que inferiorizam, marginalizam e oprimem a comunidade indígena. Em termos de letramento racial, consciência histórica e educação étnico-racial, ainda há um longo caminho para construir uma formação jornalística que leve em consideração aspectos éticos, históricos e de justiça social.

3. Jornalismo e Racismo Anti-indígena

Ao longo da história, os povos indígenas sofrem com o processo de desumanização e invisibilização do racismo sofrido. Atualmente, a população originária ainda é descrita como primitiva, em comparação ao restante da sociedade (Núñez Longhini, 2022). Para reconhecer o racismo, precisamos aceitar a dimensão da manutenção da superioridade branca e os efeitos que essa supremacia racial produz.

Tudo aquilo que o branco avalia como ruim ele remete ao não branco, criando uma identidade contrastiva e parasitária. A sociedade que se diz civilizada precisou criar a imagem de outros povos como “selvagens”, em um complemento sócio-histórico em que para se positivar um se negativa o outro (NÚÑEZ LONGHINI, 2022, p, 30)

Com a chegada dos colonizadores no Brasil, é marcado o início da expropriação ao conhecimento ancestral (Munduruku, 2012). O racismo e a violência sofrida pelos povos indígenas também são baseadas no silenciamento do caráter destrutivo do colonialismo, negando o passado violento. “Argumentam que a colonização e chegada dos homens brancos foram benéficas para os povos indígenas, que teriam sido encontrados, originalmente, num estado deplorável de existência atrasada e primitiva” (CRUZ, 2022, p. 112).

O racismo anti-indígena é constituído por opressões e pelo reforço de estereótipos dinamizados a partir da colonização como a preguiça, a ignorância, a dependência ao álcool, a necessidade de cristianização, a realização de rituais de antropofagia, a ocupação somente das zonas rurais e florestas, a dependência do Estado, a detenção de privilégios, a invasão de propriedades (Bicalho et al., 2019), entre outras uniformizações e discursos racistas geralmente relacionados aos povos indígenas.

Kilomba (2019, p. 76) define o racismo por meio de três características, entre elas, a construção da diferença. Não seguir a norma de ser branco é um fator determinante para a formação do “outro”, então torna-se distinto por meio da discriminação. A segunda característica é formada por valores hierárquicos articulados pelo estigma, desonra e inferioridade, através desses fatores há uma naturalização aplicada a todos os membros de um grupo denominados perigosos, problemáticos e exóticos. Por fim, o último aspecto levantado está relacionado ao poder histórico, político, social e econômico. “É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o racismo é a supremacia branca”.

A autora destaca um olhar para a alteridade a partir de cinco eixos do racismo cotidiano, como: infantilização, primitivização, incivilização, animalização e erotização. Aplicando essas premissas aos povos indígenas, podemos perceber a infantilização como a dependência do povo indígena ao governo, instituições ou aos “civilizados”. A primitivação se refere a visão dos povos originários como selvagens e atrasados. A incivilização está relacionada aos estereótipos de criminoso, violento e perigoso. A animalização refere-se a personificação do selvagem. Por fim, a erotização está ligada à sexualização do corpo indígena, que também pode ser visto como exótico. Assim, o racismo cotidiano se refere a experiências contínuas estabelecendo um padrão de abuso em diversas esferas da vida e da sociedade.

O racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestões, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as pessoas de cor não só como Outra/o - a diferença contra a qual o sujeito branco é medido - mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos da sociedade branca. Toda vez que sou colocada como “outra” - seja a “outra” indesejada, a “outra” intrusa, a “outra” perigosa, a “outra” violenta, a “outra” passional, seja a “outra” suja, a “outra” excitada, a “outra” selvagem, a “outra” natural, a “outra” desejável ou a “outra” exótica - , estou inevitavelmente experienciando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com o que o sujeito branco não quer ser reconhecido. Eu me torno a/o “Outra/o” da branquitude, não o eu - e

portanto, a mim é negado o direito de existir como igual (KILOMBA, 2021, p. 78)

Esse olhar para o “outro”, influenciado pelo imaginário colonial e racista, se reflete na cobertura jornalística, no enquadramento de reportagens, no tratamento das informações, na escolha de imagens para ilustrar as matérias e recursos de edição. Entre as discussões para aprimorar o trabalho jornalístico e avançar na possibilidade de construir um jornalismo antirracista está o tensionamento sobre decolonizar o jornalismo. Ijuim (2023) discute a implicação da colonialidade do pensar e fazer jornalísticos, buscando um caráter humanizado. Muitas vezes repórteres e editores assumem posturas preconceituosas e desprezam o outro, além de se omitir diante de conflitos sociais. Para o autor, o componente ético-epistemológico, inerente a cada profissional, precisa ser decolonizado através do pensamento e da prática jornalística. Desse modo, podemos articular algumas pistas para promover um jornalismo com uma objetividade não excludente, desenvolvendo a capacidade de reflexão sobre a atividade profissional e colocando-se no lugar do outro, pensando em uma melhor relação com a alteridade.

Para Moraes (2022), em nome da objetividade, o jornalismo naturalizou formas de pensamento excludentes. A autora defende um olhar subjetivo expondo as fragilidades apresentadas no trabalho jornalístico e a existência de critérios racializados e que se opõem ao “outro”.

Não vejo como possível, por exemplo, um movimento de “esvaziar-se” de preconceitos, de estereótipos, sem que uma reflexão contínua sobre si e sobre o campo (afinal, a dinâmica e a complexidade cotidianas podem criar ou atualizar novos estigmas) seja realizada simultaneamente. Uma ruptura dessa natureza necessita de um exercício que não é pertinente apenas sobre si mesmo, e é por isso que profissionais, mercado e universidades são chamados à ordem. Nesse sentido, para além de um exercício cotidiano que privilegie as alteridades e que entenda as marcas formadoras e indelévels de nossa outrofobia, é preciso confrontar os mecanismos que as sustentam e promovem. Afinal, a manutenção dos estereótipos também significa a manutenção do poder (MORAES, 2022, p. 57-58)

A partir do olhar da equipe de um telejornal é possível complexificar e refletir sobre as desigualdades sociais, mostrando consequências históricas e projetando uma nova relação com a alteridade. No caso de coberturas sobre os povos indígenas, evidenciar todas as violências sofridas pelos povos, especialmente durante o período da ditadura militar e do “milagre” brasileiro, é essencial para contextualizar os fatos enfrentados no presente, como

discussões sobre o Marco Temporal. Abordar o racismo anti-indígena é reconhecer o passado genocida e o peso da tutela no Estado sobre os povos indígenas. “O racismo contra as populações indígenas no Brasil é invisibilizado, o que não significa sua inexistência ou insignificância, mas justamente que naturaliza sua expressão nas instituições, invisibilizando a própria existência indígena” (Souza; Milanez, 2023, p. 167)

As pautas sobre a temática indígena por muito tempo, como veremos na análise, enquadraram os povos originários como os invasores de suas próprias terras, selvagens e dependentes do Estado. Um dos princípios do Código de Ética dos Jornalistas da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) é defender o direito dos povos originários, conforme o artigo 6 do documento: “É dever do jornalista: XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias”. Esse princípio ético é colocado em prática no trabalho jornalístico?

Os jornalistas, ao contarem uma história, utilizam óculos (Bourdieu, 1997) e através de suas lentes enxergam alguns aspectos da realidade, muitas vezes sem desvelar as diferentes camadas que compõem um fato, realizando uma seleção do que será mostrado ou não em uma reportagem, apresentando diferentes enfoques.

Desejaria dirigir-me para coisas ligeiramente menos visíveis mostrando como a televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade (BOURDIEU, 1997, p.21)

O jornalismo televisivo possui tempo limitado, com matérias de um minuto e meio a dois minutos, sendo este um fator que contribui para o reforço de estereótipos e falta de profundidade em seu conteúdo. Entretanto, essa característica inerente ao meio televisivo, que precisa acompanhar a grade de programação, não deve ser utilizada como justificativa para atenuar a veiculação de um conteúdo discriminatório. É necessário promover um jornalismo antirracista e seguir o código de ética profissional que prevê a defesa das minorias.

4. O Jornal da Globo e a cobertura sobre os povos originários

A partir de uma Análise de Conteúdo (Bardin, 2009) foram analisadas 2836 edições do Jornal da Globo entre 2013 (ano que a Rede Globo passou a disponibilizar o telejornal na íntegra no site Globo Play) e 2023. As diferentes fases desta metodologia organizam-se em três polos cronológicos. A primeira é a pré-análise, que tem por objetivo organizar, tornar operacional e sistematizar as ideias iniciais. O segundo polo é a exploração do material, que consiste em operações de codificação, decomposição e enumeração. Por último, é feito o tratamento de resultados, a inferência e a interpretação.

Primeiramente, foram catalogadas as notícias do Jornal da Globo, da Rede Globo, sobre os conflitos envolvendo os povos originários entre os anos 2013 e 2023. Nos dez anos analisados, foram registrados 159 conteúdos divulgados no telejornal sobre os conflitos indígenas e discussões sobre o marco temporal, entre reportagens, entradas ao vivo e notas divulgadas pelos apresentadores do noticiário.

O Jornal da Globo existe há mais de 40 anos. O telejornal é o último da programação, exibido de segunda a sexta-feira, e apresenta a repercussão dos principais fatos do dia com diferentes formatos como reportagens, análises, séries e entrevistas ao vivo. O maior aprofundamento de temas que já foram noticiados ao longo do dia foi o que levou à escolha deste programa jornalístico.

O conteúdo do noticiário está disponível, de forma gratuita, no site Globoplay.⁴ Após a catalogação, foi realizada a análise do corpus, considerando as seguintes categorias: tempo do conteúdo veiculado, unidade informativa do conteúdo (reportagem, nota coberta, entrada ao vivo), etnia abordada na reportagem, nome de vítimas dos conflitos (se houver), assunto (conforme descrito no site Globoplay), texto complementar (disponível abaixo dos vídeos publicados no site Globoplay) e link da matéria.

Na tabela abaixo, é apresentado o número de reportagens sobre os povos indígenas veiculadas por ano no período de uma década (2013-2023). Entre 2013 e 2019, as questões indígenas foram pauta entre uma e nove edições do noticiário por ano. É possível inferir o aumento no número de reportagens sobre a temática entre os anos de 2020 e 2023, motivadas

⁴ Jornal da Globo. Disponível em <https://globoplay.globo.com/jornal-da-globo/t/HxbxWLmmRz/>. Acesso em jan. 2026.

principalmente pela luta do movimento indígena sobre a tese do Marco Temporal e as violências enfrentadas especialmente neste período, que compreendeu a pandemia de COVID 19, atingindo de forma brutal a população indígena, com destaque para a etnia Yanomami, que sofria com a presença de garimpeiros em seu território.

TABELA 1
Notícias sobre os conflitos indígenas no Jornal da Globo

Ano	Total de conteúdo
2013	9
2014	1
2015	8
2016	3
2017	3
2018	1
2019	7
2020	17
2021	12
2022	42
2023	56
Total	159

FONTE – ELABORADA PELA AUTORA

No período analisado nesta pesquisa, entre 2013 e 2020, o telejornal utilizou o termo “índio” para designar os povos indígenas. O Jornal da Globo passou a chamá-los de indígenas a partir de 2021, quando houve um aumento no número de reportagens que apresentavam como pauta os conflitos envolvendo os povos originários, quase triplicando o número de reportagens voltadas ao tema em comparação aos anos anteriores. Os movimentos sociais e o movimento indígena brasileiro (Munduruku, 2012) e a sua organização nas últimas décadas impulsionaram uma maior atenção da mídia para as suas lutas, especialmente no debate sobre o marco temporal.

Segundo Bicalho et al. (2022), o uso do termo “índio” é inadequado e incorreto, pois generaliza e aglutina centenas de diferentes povos indígenas como algo único, não levando em consideração que esses povos possuem línguas, tradições e cosmologias distintas.

Remete ao nome dado pelo colonizador aos povos originários, como forma de reduzir a pluralidade de mais de cinco milhões de indígenas, aproximadamente, que aqui viviam à época da chegada dos portugueses ao Brasil. Trata-se de um termo carregado de preconceito, eurocentrismo, discriminação e inferiorização desses povos, contudo, é o que a maioria da população ainda utiliza para se referir aos indígenas, generalizando-os. Logo, não compactuamos com o uso da palavra “índio”, ao contrário, defendemos o termo indígena, que significa “natural do lugar que se habita”, e que é mais adequado para se referir aos povos originários em toda a sua diversidade (BICALHO et al., 2022, p. 6-7)

Ao denominar os povos indígenas como “índios”, como um povo único, ignorando a existência de centenas de etnias e demonstrando o caráter colonial, reforçamos o preconceito. Historicamente, Cristóvão Colombo tinha o objetivo de chegar à Índia e acabou encontrando a América. Assim chamou o território de “Las Indias” e os seus habitantes de “índios”. Bicalho et al. (2022) destaca que assim a palavra índio abrangeu todos os povos nativos da América dominados ou domináveis pelo regime colonial, desde o início da presença europeia.

A conquista significou um rompimento total com a dinâmica da América pré-colombiana, onde esses grupos sociais gozavam de plena identidade própria, e, com o domínio europeu passaram a fazer parte de uma massa populacional deformada, colonizada, demonizada e explorada. Situação de marginalidade que continuou e piorou após a independência e formação das nações latino-americanas. No caso do Brasil, por exemplo, o “índio” não foi considerado na definição de cidadão; pelo contrário, foram tratados como elementos estranhos e subversivos naquelas fronteiras esquecidas pelos antigos impérios coloniais. Por sua vez, foram descaradamente utilizados pela narrativa nacional como símbolos patrióticos ou pretextos legitimadores para a conquista do território e sua modernização econômica (BICALHO et al., 2022, p. 29)

O antropólogo Guillermo Bonfil Batalla, no texto “O conceito de índio na América”, aponta a diferença conceitual entre a categoria “índio” e a de “indígena”. A primeira só pode ser entendida dentro da lógica colonial e se refere a uma categoria supra-étnica que não apresenta as especificidades dos grupos e denota a condição de colonizado. A invenção do

“índio” está relacionada com a ruptura total com o passado pré-colombiano e integrado a uma estrutura de dominação. O termo “implica a existência de dois grupos cujas características étnicas diferem, e em que a cultura do grupo dominante (o colonizador) é postulada como superior” (BONFIL BATALLA, 2023, p. 11).

Quando utilizamos o termo “índio” não estamos apresentando a identidade étnico cultural, mas sim catalogando em um sistema único que os marginaliza. Bicalho et al. (2022) acredita que o uso da palavra indígena, que significa nativo de um lugar, também não seria totalmente correto, pois o ideal é apresentar a etnia específica do povo que se refere. Apesar disso, o Jornal da Globo especificou a etnia do grupo mencionado em 86 das 159 matérias analisadas, o que representa 54% do conteúdo veiculado.

Após a primeira etapa da análise, as reportagens foram tensionadas a partir das categorias divididas entre os cinco eixos do racismo cotidiano apontados por Kilomba (2019): infantilização, primitivização, incivilização, animalização e erotização. A infantilização foi observada em reportagens que reforçavam a dependência do povo indígena ao governo, como se ainda vivessem sob tutela do Estado, como prática institucionalizada, o que chegou ao fim com a promulgação da Constituição de 1988, sem explicar esse fato ao público. Como exemplo, em 2018, uma matéria abordou uma declaração do então presidente Jair Bolsonaro defendendo a “emancipação” da população originária ao recepcionar uma integrante da comunidade Xingu.

Sonora Jair Bolsonaro: No que depender de mim, vocês serão emancipados. Os índios americanos vivem de royalties de cassinos. Vocês podem viver de royalties de minérios, como da biodiversidade, bem como royalties de possíveis hidrelétricas que poderiam ser construídas na terra de vocês. Então vocês são tão brasileiros como nós e tem todo o direito de explorar a terra de vocês (Reportagem Jornal da Globo - 26/10/2018)

A prática da primitivação, que se refere a visão dos povos originários como selvagens e atrasados, foi percebida em 23 de janeiro de 2020, quando o telejornal repercutiu a declaração proferida por Bolsonaro em uma live nas redes sociais: “Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós”. Essa frase demonstra uma visão colonial e de inferiorização da população indígena que era constantemente dinamizada pelo governo federal da época

reforçando um imaginário no qual o indígena representa o atraso e o modo de vida identificado como selvagem. O então presidente defendia que os indígenas deveriam cada vez mais se integrar na sociedade, como se não fizessem parte dela.

A incivilização, que dinamiza os estereótipos de criminoso, violento e perigoso, está presente no conteúdo televisivo, como exemplo da reportagem veiculada em 16 de abril de 2013 com o título “Grupo de índios invade o plenário da Câmara dos Deputados e paralisa a casa por duas horas”.



FIGURA 2 – Grupo de indígenas entra no plenário da Câmara dos Deputados

FONTE - <https://globoplay.globo.com/v/2521087/>

A matéria, realizada pela repórter Carla Bomfim, trata sobre os povos originários que entraram na casa legislativa como invasores e não como cidadãos exercendo o seu direito de frequentar um local público.

Tudo indicava que seria mais um dos tradicionais protestos de índios no Congresso Nacional. Chocalhos, pinturas no rosto, danças e cantos. Mas de repente, 300 índios de diversas etnias, segundo assessoria da Câmara, forçaram a entrada no plenário. Os seguranças foram acionados, mas nada adiantou. Os índios invadiram a área reservada somente à parlamentares e assessores. Foi um susto (imagens mostram parlamentares correndo no plenário enquanto os indígenas entravam dançando). Os índios são contra a proposta de mudança na Constituição que passa do executivo para o congresso o poder de delimitar as terras indígenas. A sessão foi suspensa

pelo deputado Simão Sessim que alegou falta de condições para presidir. Logo depois o presidente na Câmara foi chamado. Henrique Eduardo Alves parecia não acreditar no que estava vendo. “O respeito a esse plenário é inegociável”. E depois de se reunir com parlamentares, propôs o acordo. A reunião terminou por volta das nove da noite. O acordo foi adiar a discussão da chamada PEC dos Índios para o segundo semestre e criar amanhã um grupo de trabalho para discutir essas e outras questões indígenas (Reportagem Jornal da Globo - 16/04/2013).

Em 18 de dezembro de 2013, uma reportagem⁵ entrou em contradição ao abordar a desocupação de terras “invadidas”, em Campo Grande, que foram declaradas indígenas em 2003. Portanto, se a propriedade é de direito dos povos originários, como poderia ser invadida? “A área já foi declarada como reserva indígena, mas ainda não foi demarcada”, informou o repórter Artur Bernardi. A comunidade indígena esperava há dez anos a homologação e a demarcação das terras, mas mesmo assim eram tratados como invasores.

A animalização refere-se a personificação do selvagem o que podemos perceber em reportagens que utilizam somente imagens de rituais e indumentárias indígenas para representar qualquer etnia que seja mencionada. Essas imagens mostram geralmente o indígena que vive na zona rural. De acordo com dados do IBGE⁶ de 2024, a maioria dos indígenas (54%) vive na área urbana, apresentando uma variação de 181,6% nos últimos doze anos.

⁵ Reportagem Jornal da Globo. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/3028232/>. Acesso em jan. 2026.

⁶ Portal G1. Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/12/19/pela-primeira-vez-maioria-de-indigenas-brasileiros-viv-em-em-zonas-urbanas-dados-sao-do-ibge.ghtml>. Acesso em jan. 2026.



FIGURA 3 – As imagens de rituais indígenas são utilizadas para ilustrar as reportagens

FONTE - <https://globoplay.globo.com/v/2476204/>

A reportagem “Exposição traz obras que contam cinco séculos de história do Brasil” aborda que os povos indígenas foram retratados como parte da fauna brasileira, juntamente com os animais. Este fato é apresentado como uma curiosidade, sem apontar uma crítica sobre a inferiorização dos indígenas ou aprofundamento sobre as violências sofridas ao longo do tempo.

A exposição traz também um acervo imenso dos estudiosos europeus, naturalistas, que tinham o trabalho de pintar e catalogar as plantas e animais que encontravam aqui no Brasil. O retrato bastante fiel da nossa flora e da nossa fauna. Assim mesmo, entre aspas, porque para esses estudiosos, os índios também faziam parte da fauna (Reportagem Jornal da Globo - 12/12/2014)



FIGURA 4 – Exposição mostra estudos que enquadram os indígenas como parte da fauna brasileira
FONTE - <https://globoplay.globo.com/v/3833924/>

A erotização está ligada à sexualização do corpo indígena, que também pode ser visto como exótico. As imagens de indígenas nus fazem parte do imaginário sobre os nativos e ainda na atualidade servem para ilustrar reportagens que abordam os povos originários. Como exemplo desta utilização, duas matérias veicularam imagens de pinturas evidenciando indígenas sem roupas, em uma matéria sobre uma exposição e em outra reportagem sobre a retirada de garimpeiros da terra indígena Yanomami. A reprodução dessas ilustrações muitas vezes reforçam estereótipos de que a maioria das comunidades indígenas vivem isoladas sem cobrir os seus corpos.



FIGURA 5 – Reportagem apresenta pintura de indígenas

FONTE - <https://globoplay.globo.com/v/4179757/>

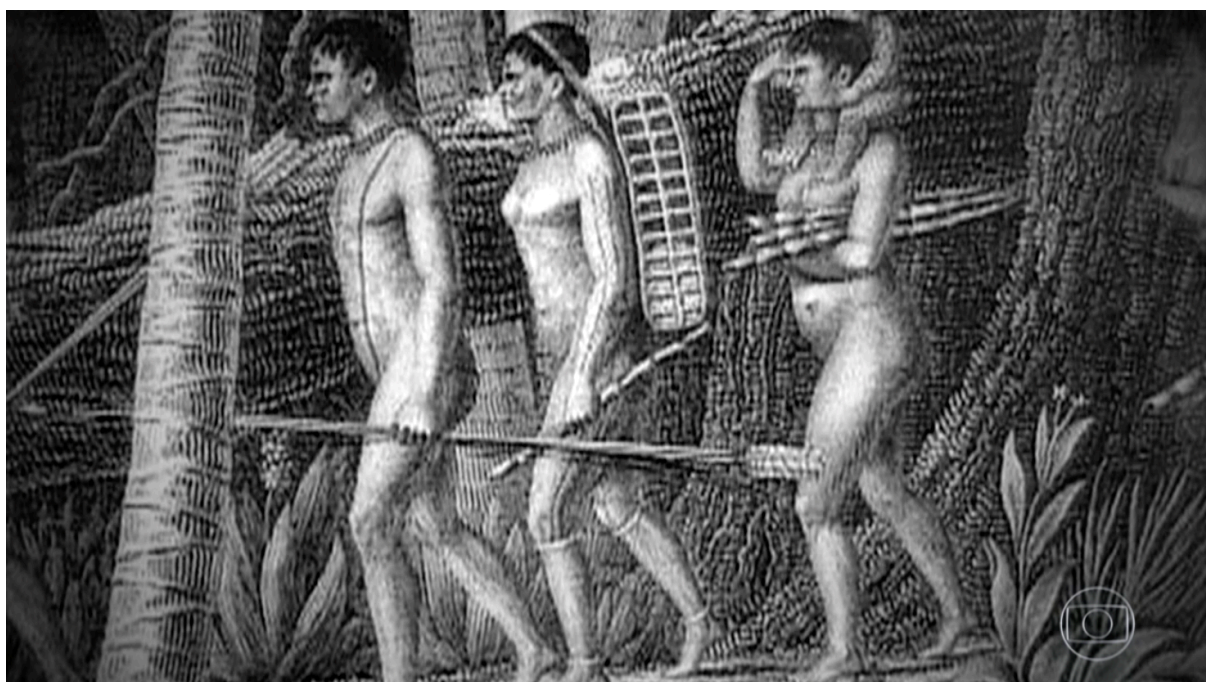


FIGURA 6 – Imagem de indígenas

FONTE - <https://globoplay.globo.com/v/8673376/>

Ademais, essas imagens levam à sexualização dos corpos indígenas, principalmente mulheres que acabam sofrendo violências. Elson Gomes Kaiowá, líder indígena, no Mato Grosso do Sul relatou que “As mulheres estão sendo estupradas. Estamos sendo atacados pela polícia DOF, militar envolvido também junto com os fazendeiros no despejo de veneno agrotóxico na comunidade e isso para nós é uma declaração de guerra de extermínio”. (Jornal da Globo - 15/09/2016). No período analisado, o telejornal não noticiou nenhum caso específico de estupro contra indígenas, o que demonstra o silenciamento do noticiário sobre esse tipo de violência. Os crimes de violência sexual só foram abordados, de forma incipiente, em duas matérias (2020 e 2022) que apresentaram os dados anuais do relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Conselho Indigenista Missionário.

O Jornal da Globo dinamizou, na maioria dos anos analisados, uma visão colonial sobre os povos originários, demonstrando o poder do setor ruralista na posse de terras e no embate com diferentes etnias em todo o país. Por outro lado, nos últimos anos percebe-se uma mudança no imaginário presente nas reportagens demonstrando as consequências da devastação ambiental causada pelo agronegócio e mineração. Ao abordar a alteridade como o “outro” que não se insere na sociedade hegemônica, como o incivilizado, o invasor, a televisão deixa de tensionar a relação com culturas diferentes e ignora tradições e a ancestralidade que já faziam parte do país antes mesmo da intervenção dos colonizadores. O desconhecimento da história e dos fatos que levaram grande parte dos povos originários a deixarem as suas terras de maneira forçada gera narrativas que deslegitimam a luta do movimento indígena.

De 2013 a 2020, os povos indígenas eram denominados de “índios” na maioria do conteúdo veiculado no noticiário. O termo “índio” está imbuído de um sentido colonial, marginalizando e aglutinando os mais de 300 povos indígenas como um só povo, sem levar em consideração as diferentes cosmologias, línguas e culturas. Percebe-se uma ruptura na narrativa jornalística a partir de 2021, com o aumento do uso do termo “indígena”, demonstrando maior consciência e letramento racial dos jornalistas. No mesmo período, houve um aumento na descrição da etnia abordada, porém esta informação está presente em menos da metade dos conteúdos veiculados.

Por outro lado, podemos entender essa ruptura na forma de noticiar questões envolvendo os povos indígenas como consequência das lutas do movimento indígena brasileiro e não somente a adoção de um jornalismo humanizado. O movimento *Black Lives Matter*, criado em 2013, por exemplo, teve o seu momento de maior repercussão com a morte de George Floyd, em 2020, com as maiores manifestações antirracistas desde a morte de Martin Luther King Jr. na década de 1960. No período analisado, também acompanhamos muitos protestos das organizações dos povos indígenas em todo o país questionando a tese do Marco Temporal das Terras Indígenas. Portanto, a sociedade e a mobilização dos grupos sociais racializados levantaram questões que não poderiam ser ignoradas pela mídia. Ao mesmo tempo, a cobertura sobre racismo ainda precisa ser aprimorada, apresentando os temas tratados com maior complexidade. A partir desta pesquisa, é possível inferir a dinamização do racismo anti-indígena pelo telejornalismo com o reforço de estereótipos e narrativas racistas. A cobertura do Jornal da Globo na última década reforçou o imaginário sobre os povos indígenas como invasores, como comunidades com crenças homogêneas, sem levar em consideração as características das diferentes etnias.

5. Considerações Finais

Na década analisada, foi possível inferir que o telejornal veiculou por meio de imagens, texto e divulgação de entrevistas, sem a devida contextualização, conteúdo que dinamiza o imaginário colonial e o racismo anti-indígena, entre os anos 2013 e 2021, contemplando os cinco eixos do racismo cotidiano tensionados por Kilomba (2019). Assim, a infantilização, a primitivização, a incivilização, a animalização e a erotização fizeram parte do enquadramento dado pelo noticiário. A outridade foi demarcada ao referir-se aos povos originários como “índios” e invasores. A utilização da palavra “índio” até 2021, reforçou a lógica colonial estabelecida no poder pela dominação (Quijano, 2005).

Nos últimos anos analisados, percebe-se uma mudança de tratamento aos povos indígenas, principalmente devido à luta dos movimentos sociais e indígenas em busca dos seus direitos. Não só por uma maior consciência social e racial dos jornalistas, mas pela

articulação do movimento indígena que vivia um período de intensa reivindicação dos seus direitos originários.

Como defende Núñez Longhini (2022), o racismo precisa ser encarado além do binarismo branco/negro, levando em consideração a discriminação também enfrentada pelos povos indígenas ao longo dos séculos. O racismo anti-indígena reforça a manutenção do privilégio branco e marginaliza os povos indígenas não reconhecendo o passado genocida e o peso da tutela no Estado (1910 - 1988), período no qual foram considerados incapazes, sem o direito de moverem ações judiciais, entre outras consequências. Negar o passado e reforçar a lógica colonial é condenar os povos indígenas a serem vistos da mesma maneira que foram enquadrados pelos invasores portugueses no século XV.

Entendidos como tecnologias do imaginário (Silva, 2012), a televisão e o telejornalismo dinamizam visões de mundo, sentimentos compartilhados, estabelecem laço social. Como mudar um imaginário? Veiculando novas imagens, diferentes narrativas que reforcem os valores e o pertencimento das mais de 300 etnias existentes no país em suas particulares. O jornalismo tem um papel essencial para promover um conteúdo humanizado que reflita de maneira mais inclusiva a diversidade.

Referências

- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). **Não ao Marco Temporal**. Cartilha sobre o julgamento decisivo para o futuro dos povos indígenas no Brasil e o enfrentamento da crise climática. Disponível em <https://apiboficial.org/marco-temporal/>. Acesso em jan. 2026.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 5ª edição. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BICALHO, P. (org.). **Desconstruindo o racismo contra os povos indígenas no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2022.
- BONFIL BATALLA, G. **O conceito de índio na América**: Uma categoria da situação colonial. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 1–18, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/133901>. Acesso em jan. 2026.
- BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- CRUZ, F. **Letalidade branca**: negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio. Tese de doutorado. Universidade de Brasília: Brasília, 2022.
- FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Brasília, 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros-1985-2007/>. Acesso em out. de 2025.
- IJUIIM, J. Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o Jornalismo. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, v. 10, p. 1-18, 2023. Disponível em <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21874>. Acesso em jan. 2026.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- KRENAK, A. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MILANEZ, F; SOUZA, A. Ecologias antirracistas na Bahia: retratos da luta Pataxó contra o ecocídio e o genocídio. Tellus, 23(50), 163–190. Disponível em <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/923>. Acesso em jan. 2026.
- MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.
- MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.
- NÚÑES LONGHINI, G. **Nhande ayvu é da cor da terra**: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2022.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SILVA, J. **Tecnologias do Imaginário**. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.